



BAHIA

MAIS 50 VIGILANTES CONVOCADOS PARA OPINAR SOBRE ACORDO EM PRECATÓRIO



EX-PROTECTOR / PREFEITURA:

Mais uma notícia boa e sopro de esperança para colegas ex-Protector/ Prefeitura de Salvador. O Sindicato recebeu uma lista complementar com mais 50 colegas com a tarefa de consulta-los sobre o interesse em firmar acordo nos Precatórios Judiciais.

No sábado passado um primeiro grupo se reuniu no Sindicato, participou e decidiu. Neste próximo sábado (28) mais um grupo de vigilantes está convocado para comparecer ao Sindicato. Lá você vai:

- Se informar sobre a situação do seu processo;
- Opinar livremente se tem interesse no acordo facultado pela justiça.

Portanto, se ligue, confira se seu nome e o número do seu processo está listado abaixo e compareça.

Aproveite e veja também no site do TRT5(www.trt5.jus.br):

- a palestra sobre acordos globais e precatórios de processos do Estado e Prefeitura de Salvador (notícias de 13/09/2019);

- o Edital publicado no dia 24 de julho com a lista de nomes e a ordem de nos precatórios;

Se informe e decida o que achar melhor para o seu direito conquista na luta contra os caloteiros Protector/Marcelo Guimarães e Prefeitura/JH.

Sábado, você se informa e decide.

(IMPORTANTE: LEVE SEU RG ORIGINAL E UMA COPIA)

VIGILANTES EX-PROTECTOR / PREFEITURA LISTADOS A SEGUIR

SABADO, 28/9 – ÀS 08H30

NO SINDICATO – R. DO GRAVATÁ, 23 – NAZARÉ

SINDVIGILANTES/BA

REUNIÃO DESTA TERÇA ALERTOU A FUNDAÇÃO



Na reunião realizada na última terça-feira, 24, com a direção da Fundação Cultural do Estado da Bahia o Sindicato entregou um documento atualizando as principais pendências da Vipac e alertando novamente que, novamente, não há tolerância com a empresa caloteira.

O Sindicato é a Comissão de Vigilantes

presentes a reunião também expressaram seu repúdio a falta de pagamento do Ticket de setembro e das férias iniciadas nesta semana (23) e pediram providencias URGENTES por parte da Fundação.

Esta se comprometeu a chamar a empresa para uma reunião ainda nesta semana e cobrar o ticket.

As férias, segundo a Funceb, serão pagas diretamente, ficando de confirmar a data.

Estamos VIGILANTES!

COM CALOTEIRO, TOLERÂNCIA ZERO .

SINDVIGILANTES/BA

www.sindvigilantes.org.br



Atenção vigilantes da Ipanema que receberam as férias com atraso na data de 26/09/2019

O Sindicato convoca todos os vigilantes da Ipanema que receberam suas férias com atraso, na data do dia 26/09, para comparecerem à sede da Entidade munidos de comprovante do recebimento em atraso de suas férias, contrariando a legislação vigente.

O Sindicato, mediante a comprovação do pagamento das férias em atraso, entrará com ação na Justiça cobrando da Ipanema o que é devido aos seus empregados, ou seja, pagamento em dobro das férias, conforme determina a súmula 450 do TST - Tribunal Superior do Trabalho.

Empresa é responsável por acidentes com empregados em atividades de risco, decide STF



O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou no último dia 5/9 o Recurso Extraordinário (RE) 828040 que trata da possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidente do trabalho em atividades de risco.

O processo envolve um vigilante que acionou a Justiça do Trabalho contra a empresa de segurança Protege S/A, em razão de transtornos psicológicos decorrente de um assalto onde o trabalhador trocou tiro com os assaltantes.

De acordo com o advogado Eduardo Antonio Bossolan, especialista em direitos trabalhistas e sócio de Crivelli Advogados, a empresa alegou que a condenação ao pagamento da indenização não é permitida pela Constituição Federal, pois o assalto teria ocorrido em via pública e por terceiro estranho à relação de

emprego e por isso, a empresa não teria como responder pelo ocorrido.

Contudo, os ministros, por maioria, votaram contra a empresa, mantendo a indenização ao vigilante. “Eles entenderam que a Constituição Federal não impede que empregados em atividade de risco sejam indenizados ainda que a lesão tenha sido cometida por um terceiro”, explicou Bossolan.

Ele destaca também que a partir desse julgamento está consolidado o entendimento de que as empresas que atuam em atividade de risco, com as empresas de segurança, devem indenizar seus empregados em caso de acidente ainda que não tenha culpa no acontecimento, como é o caso do vigilante mencionado no processo.

Fonte: Sind Vig Barueri

Atenção e cuidado: aberta uma agenda trabalhista complexa

É urgente iniciativas articuladas pelas centrais sindicais de mobilização do movimento sindical brasileiro. A agenda é extensa na temática e com impactos profundos na vida dos trabalhadores e dos sindicatos.

Clemente Ganz Lúcio*

O Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores) foi recriado pelo governo federal no âmbito da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Esse Conselho tem a atribuição de tratar da proteção do trabalhador, das condições de trabalho, de segurança e saúde do trabalho e da revisão de normas.

Complementarmente foi instalado o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet), coordenado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, que já atuou com o então deputado, hoje secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, na elaboração da Reforma Trabalhista contida na Lei 13.467/17. O objetivo do Gaet é propor novas mudanças na legislação trabalhista para continuar avançando nesse caminho já iniciado.

O Gaet terá 4 órgãos temáticos que tratarão do seguinte conteúdo:

GT 1 - Economia e trabalho: (1) eficiência do mercado de trabalho e das políticas públicas para os trabalhadores; (2) informalidade; (3) rotatividade; e (4) futuro do trabalho e novas tecnologias.

GT 2 - Direito do trabalho e segurança jurídica: (1) simplificação e desburocratização de normas legais; (2) segurança jurídica; e (3) redução da judicialização.

GT 3 - Trabalho e previdência: (1) insalubridade e periculosidade; (2) regras de notificação de acidentes de trabalho (CAT); (3) nexos técnico epidemiológico; (4) efeitos previdenciários de decisões da Justiça do Trabalho; e (5) direitos do trabalhador decorrentes de benefícios previdenciários.

GT 4 - Liberdade sindical: (1) formato de negociações coletivas; (2) representatividade nas negociações coletivas; e (3) registro sindical.

Os grupos trabalharão, segundo define a Portaria 1.001, de 4/09/19, durante 90 dias. Devem apresentar os relatórios e as propostas em 60 dias. No demais 30 dias, deverão debater as propostas.

A intenção do governo é enviar ao Congresso Nacional, já no 1º semestre de 2020, os projetos de reforma sindical e reformas trabalhistas (PEC e projetos de leis), assim como tomar as medidas administrativas cabíveis.

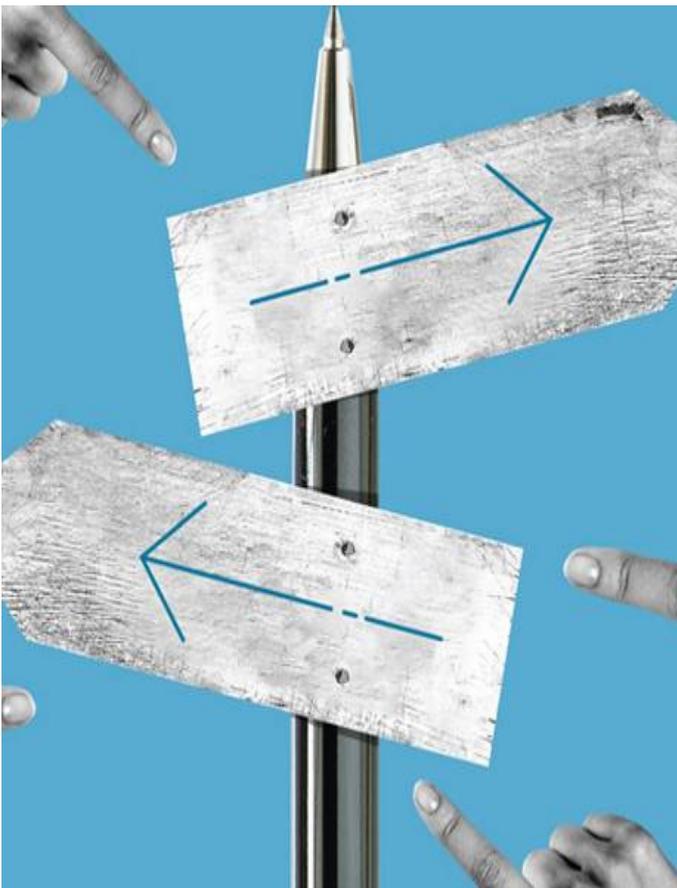
Está em curso agenda que, observadas as declarações do presidente, ministros e secretários de governo, virá com muitas mudanças para o mundo do trabalho, a vida sindical e o sistema de relações laborais, em linha com a Lei 13.467/17.

É urgente iniciativas articuladas pelas centrais sindicais de mobilização do movimento sindical brasileiro. A agenda é extensa na temática e com impactos profundos na vida dos trabalhadores e dos sindicatos.

(*) Sociólogo. É diretor técnico do Dieese

PREVIDÊNCIA: PRESSÃO POR MUDANÇAS PODE DESIDRATAR PROPOSTA EM R\$ 153,2 BI

Governo admite preocupação e vai designar uma tropa de choque de técnicos para acompanhar movimentações



O adiamento em uma semana da votação da reforma da Previdência pelo Senado, na reta final da tramitação da matéria no Congresso, deu brecha a lobbies do setor privado e pressões dos partidos de oposição que podem desidratar a proposta aprovada na Câmara dos Deputados. O governo admite a preocupação e vai designar uma tropa de choque de técnicos para acompanhar essas movimentações.

As mudanças têm potencial de reduzir o impacto fiscal em cerca de R\$ 153,2 bilhões em dez anos, o equivalente a 17% da economia prevista de R\$ 876,7 bilhões.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

está atuando para retirar do texto o aumento de 5% na alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que reduziria o ganho fiscal da reforma em R\$ 19,2 bilhões em dez anos.

Já os partidos da oposição (PT, PROS, Rede, PDT, PSB e Cidadania) vão tentar derrubar pelo menos dois dispositivos: um que trata do abono salarial e prevê uma economia de R\$ 76,4 bilhões em uma década e outro que fixa idade mínima para trabalhadores que lidam com atividades prejudiciais à saúde (aposentadorias especiais), cujo impacto estimado é de R\$ 57,6 bilhões.

Todas as bancadas partidárias do Senado têm direito a apresentar um destaque para modificar o texto principal no plenário, sendo que MDB e Podemos, por serem as maiores, poderão sugerir duas propostas.

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), acredita que há chances de aprovação dos dispositivos da oposição, pois eles já foram apresentados na CCJ, e o governo ganhou por pouco:

– Já definimos dois pontos para destacar, o abono salarial e as aposentadorias especiais. Acreditamos que temos chances de vitória — disse Costa.

Os blocos PT/PROS e da Minoria no Senado querem negociar com outros partidos a possibilidade de propor três destaques cada um. Em contrapartida, a oposição se comprometeria a não obstruir a votação.

Entre os demais destaques previstos, está

um para retirar do texto principal as regras que reduzem o valor do benefício, que passará a ser calculado com base na média de todas as contribuições e não só das 80% maiores, como é hoje.

Querem ainda mudar o valor da pensão, que deixará de ser integral, caindo a 60%, mais 10% por dependente. Também faz parte do cardápio da oposição derrubar o pedágio de 100% para os servidores que ingressaram na carreira até 2003.

Os pontos que mais preocupam o governo são o abono salarial e as aposentadorias especiais. Os demais, na avaliação de integrantes da equipe econômica, não oferecem risco, pois foram muito discutidos e rejeitados nas votações anteriores.

No caso da majoração da CSLL, o governo deverá se manter neutro, pois ela não fazia parte do texto enviado pelo Executivo e foi incluída pelo relator da proposta na Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP), como alternativa de receita para compensar as perdas.

Procurada, a Febraban não quis se manifestar. A alíquota da CSLL está atualmente em 15%. A entidade já se manifestou publicamente alertando que o alto custo do crédito no país tem entre suas causas o peso dos impostos. Ela reclama ainda que o sistema seria discriminatório, pois a CSLL para os demais setores é de 9%.

Uma tropa de choque da Secretaria de Previdência foi acionada para participar da votação, prevista para terça-feira, da última versão do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) na CCJ e em primeiro turno no plenário para tentar evitar que o texto seja desidratado. Esse grupo será formado pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho; pelo secretário de Previdência, Leonardo Rolim; e por auxiliares.

Sem correr riscos

Na apreciação da matéria no plenário, a equipe econômica também vai pedir ao partido do governo, o PSL, para apresentar um destaque a fim de reincluir no texto o critério para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é renda per capita de um quarto do salário mínimo. O objetivo é reduzir as despesas com sentenças judiciais, o que representaria uma economia de R\$ 23,4 bilhões em dez anos.

Se, por um lado, o adiamento da votação ressuscita lobbies, por outro, integrantes da equipe econômica consideram que o prazo maior acabou sendo positivo, pois o clima no Senado azedou após a busca e apreensão no gabinete do líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na semana passada.

Segundo interlocutores, é importante não correr riscos, apesar de haver consenso sobre a necessidade de aprovar a reforma. A matéria precisa ter o aval de 49 dos 81 senadores, em dois turnos de votação.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que decidiu com os líderes adiar a votação da reforma para a próxima semana, declarou que o cronograma está mantido. Por ele, o Senado concluirá a tramitação da proposta ainda na primeira quinzena de outubro, para que ela seja promulgada pelas duas Casas em seguida.

Já a chamada PEC paralela, desmembrada do texto principal e que busca incluir estados e municípios na reforma, além de fazer outras modificações, ainda precisa tramitar no Senado e na Câmara e não tem prazo para votação.

Fonte: "O Globo"

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF